USUCAPIÃO FAMILIAR FAMILY USUCATION

João Batista de Araújo Junior ¹

Adriana Lemes S. Ferrari²

RESUMO

A Lei 12.424 de Junho de 2011 fez nascer em nosso ordenamento jurídico, uma nova modalidade de usucapião, que a doutrina passou a denominar de usucapião familiar, tendo em vista seu conteúdo estar inserido dentro do direito de família, pois se relaciona diretamente com as instituições do casamento e da união estável. Foi criado então o art. 1.240-A, no Código Civil. Esta modalidade está diretamente ligada ao amparo do cônjuge ou do companheiro que foi abandonado pela outra parte. Visamos assim, com esse trabalho científico, conhecer e trazer os problemas que vieram acompanhados por essa inovação legislativa.

Palavras-chave: Usucapião; Abandono do lar; Casamento; União estável.

RESUMEN

La Ley 12.424 en junio de 2011 dio lugar a nuestro sistema legal, una nueva forma de usucapión, que la doctrina llama ahora usucapión de la familia, a la vista de su contenido pueda insertarse en el derecho de familia, ya que se relaciona directamente con las instituciones del matrimonio y de la unión estable. Se creó entonces el artículo 1240-A, del Código Civil. Este modo está directamente vinculado con el apoyo del cónyuge o pareja que ha sido abandonada por la otra parte. Nuestro objetivo bien con este trabajo científico, se reúnen y llevar a los problemas que van acompañadas de esta innovación legislativa.

Palabras-clave: Usucapión; Abandono de la casa; Matrimonio; Unión estable.

INTRODUÇÃO

A mais nova modalidade de usucapião foi introduzida na legislação civil em 2011, por meio da Lei 12.424, de 16.06.2011, que incluiu o art. 1240-A no Código Civil. Ela recebe algumas diferentes denominações pelos doutrinadores pátrios, como usucapião familiar,

¹ Advogado e Professor Titular na cadeira de Direito Civil da Universidade de Ribeirão Preto, Especialista e Mestre em Direito Pela Universidade de Ribeirão Preto. jaraujo@unaerp.br

² Graduanda do Curso de Direito da Faculdade de Direito “*Laudo de Camargo*” da Universidade de Ribeirão Preto.

usucapião conjugal, usucapião por abandono do lar, usucapião em prol da família, usucapião especialíssima ou até usucapião do casamento e da união estável.

Decorridos quase 6 (seis) anos da sua introdução, o instituto é ainda pouco conhecido na sociedade, inclusive pelos operadores do direito, tendo causado diversas discussões sobre se haveria necessidade de se verificar culpa pelo abandono, sobre qual seria o início da contagem do prazo, sobre a exigência do cônjuge abandonado ser ou não condômino do imóvel da residência do casal, entre outras.

1. USUCAPIÃO

A usucapião teve sua origem no direito romano, por meio da Lei das XII Tábuas (445 a.C.), incidia tanto sobre bens móveis quanto sobre bens imóveis e, inicialmente, podia ser invocado somente por quem era cidadão romano. Com o decorrer dos anos, inovações legislativas restringiram o campo de aplicação deste instituto que hoje é regulado pelo Código Civil nos artigos 1238 a 1244, podendo ser identificadas quatro modalidades. Todas elas são formas de aquisição da propriedade pela posse contínua, no decurso de certo tempo, somada a certos requisitos previstos na lei.

A palavra usucapião, segundo parte da doutrina, provém do latim *usucapio*, do verbo *capio* (ou *capere*) que significa tomar, adquirir e *usus*, significando tomar pelo uso. Pela etimologia da palavra seria “tomar algo pelo uso”. É a posse transformando-se em propriedade, desde que decorra certo tempo estipulado em lei.

Como bem explica o saudoso civilista Caio Mário da Silva Pereira:

[...] usucapião é a aquisição da propriedade ou outro direito real pelo decurso do tempo estabelecido e com a observância dos requisitos instituídos em lei.³

Para Carlos Roberto Gonçalves, são exigíveis pressupostos para que o mesmo possa ocorrer de forma válida:

Coisa hábil (*res habilis*) ou suscetível de usucapião, posse (*possessio*), decurso do tempo (*tempus*), justo título (*titulus*) e boa fé (*fides*). Os três primeiros [posse, tempo

³ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 138

e coisa hábil] são indispensáveis e exigidos em todas as espécies de usucapião. O justo título e a boa-fé somente são reclamados na usucapião ordinária.⁴

Assim a usucapião é um dos modos de aquisição da propriedade imóvel, sendo chamada pela doutrina de prescrição aquisitiva, tendo em vista que o tempo, nesse caso, é capaz de gerar direitos, diferentemente do que ocorre com a prescrição extintiva dos artigos 205 e 206 do Código Civil. Importante salientar que a posse deve ser *ad usucapionem*, ou seja, deve preencher certos requisitos, tais como: posse mansa e pacífica, posse justa, sem autorização, por um tempo definido em lei e sem interrupção.

2. USUCAPIÃO FAMILIAR

Vamos usar essa terminologia, pois nos parece mais adequada, e, como já dito anteriormente, foi introduzida no Código Civil por meio da lei nº 12.424/2011, que alterou a Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Essa modalidade especial de usucapião está disciplinada no art. 1240-A com a seguinte redação:

Art. 1240-A - Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O direito previsto no caput não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Podemos, assim, destacar alguns requisitos, próprios dessa espécie de usucapião: posse direta pelo prazo de dois anos, exercida de forma ininterrupta, com exclusividade e pacificamente, imóvel urbano não superior a 250m², utilização para a moradia de cônjuge ou de companheiro abandonado ou de sua família, não ser este proprietário de outro imóvel e existir a co-propriedade do imóvel.

Denota-se que o legislador quis conferir maior segurança jurídica àquele cônjuge ou companheiro que permaneceu no lar, tendo em vista que o prazo para aquisição da propriedade é muito menor que nos outros tipos de usucapião, além de preservar o direito à

⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol. V: direito das coisas. 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 253

moradia, direito social expresso na Constituição Federal, em seu art. 6º. Esse prazo se inicia a partir da separação de fato do casal, com o abandono do lar por um dos cônjuges.

Essa modalidade de usucapião compreende todas as formas de família ou entidades familiares, inclusive as homoafetivas. Esse entendimento vai ao encontro da recente decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de reconhecer a união estável para casais do mesmo sexo, bem como do enunciado n.º 526, aprovado na V Jornada de Direito Civil, que diz ser “possível a conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo em casamento, observados os requisitos exigidos para a respectiva habilitação.”

Podemos dizer sem medo de errar que essa modalidade de usucapião familiar visa tutelar a família e o direito à moradia.

3. ABANDONO DO LAR

É o requisito que vinha causando grande discussão, devendo ser analisado de forma cautelosa.

Isso é tão verdade que o enunciado n.º 499, aprovado na V Jornada de Direito Civil regulamentou:

O requisito “abandono do lar” deve ser interpretado de maneira cautelosa, mediante a verificação de que o afastamento do lar conjugal representa descumprimento simultâneo de outros deveres conjugais, tais como assistência material e sustento do lar, onerando desigualmente aquele que se manteve na residência familiar e que se responsabiliza unilateralmente pelas despesas oriundas da manutenção da família e do próprio imóvel, o que justifica a perda da propriedade e a alteração do regime de bens quanto ao imóvel objeto de usucapião.

Porém a *VII Jornada de Direito Civil*, ocorrida em Brasília-DF, em setembro de 2015, revocou referida enunciado, trazendo agora essa interpretação:

O requisito do ‘abandono do lar’ deve ser interpretado na ótica do instituto da usucapião familiar como abandono voluntário da posse do imóvel, somando à ausência da tutela da família, não importando em averiguação da culpa pelo fim do casamento ou união estável.

Não mais entraria aqui a discussão do Direito de Família sobre a questão da culpa por esse abandono conjugal. O sentido moderno e lógico para a expressão de “abandono do lar” não pode querer buscar por um culpado pelo fim da relação conjugal. Então, não podemos discutir, também na usucapião, se houve culpa ou não por esse abandono.

4. PROPRIEDADE DO IMÓVEL DA FAMÍLIA

Outro requisito bastante discutido pelos doutrinadores era o da necessidade dos cônjuges serem co-proprietários ou condôminos do imóvel a ser usucapido, nesse ponto pairavam dúvidas se era importante verificar o regime de bens do casamento. O enunciado n.º 500, aprovado na V Jornada de Direito Civil, pacificou a essa discussão com a seguinte redação:

A modalidade de usucapião prevista no art. 1.240-A do Código Civil **pressupõe a propriedade comum do casal** e compreende todas as formas de família ou entidades familiares, inclusive homoafetivas. (grifo não textual).

Portanto, fica claro que o regime de bens é importante, bem como o momento de aquisição do imóvel, antes ou durante o casamento ou união estável e, em nome de quem está a propriedade familiar.

O imóvel familiar pode vir a pertencer ao casal por causa da comunhão (Regime de Bens) ou pelas regras do condomínio. Podemos dar como exemplo se estiverem casados pelas regras do regime da separação de bens e foi adquirido pelo esforço econômico e conjunto deles, não haverá comunhão, mas sim uma propriedade condominial e o bem poderá ser usucapido.

Mas se o casal, cujo regime for o da comunhão parcial de bens e, compra um imóvel após a união, este bem será comum pelo regime de bens e poderá também ser usucapido por um deles.

E, finalmente, sendo ainda casados pelo regime da comunhão universal de bens, os bens anteriores e posteriores ao casamento, adquiridos a qualquer título (onerosos e não onerosos), são considerados de ambos e, assim, podem também ser usucapidos.

Surge então o requisito de existir uma comunhão (Regime de bens) sobre o imóvel sede da família, ou quando não, existir o condomínio (Direito Real). Existindo julgados recentes nesse sentido:

DIVÓRCIO LITIGIOSO. PARTILHA DE BENS. USUCAPIÃO FAMILIAR. 1. Sendo o casamento regido pelo regime da comunhão parcial, todos os bens adquiridos a título oneroso na constância da vida conjugal se comunicam e devem ser partilhados de forma igualitária, independentemente de qual tenha sido a contribuição individual de cada cônjuge para a consecução do resultado patrimonial, pois se presume que a aquisição seja produto do esforço comum do par. inteligência dos art. 1.658 a 1.660 do CCB. 2. **Considerando que o imóvel onde a ré permaneceu residindo após a separação fática do casal pertence exclusivamente ao autor, inviável o reconhecimento da usucapião familiar, que pressupõe a propriedade comum do bem.** Inteligência do art. 1.240-A do Código Civil. 3. Se o imóvel pertence ao varão, também se mostra inviável a sua partilha. Recurso

desprovido. (Apelação Cível Nº 70063635593, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 25/03/2015). (grifo não textual)

(TJ-RS - AC: 70063635593 RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Data de Julgamento: 25/03/2015, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 30/03/2015)

APELAÇÃO. USUCAPIÃO FAMILIAR. AUSÊNCIA DE PROVA DA PROPRIEDADE COMUM. **Não se admite a usucapião familiar prevista no art. 1240-A do CC, de imóvel que não seja de propriedade dos cônjuges ou companheiros.** INDENIZAÇÃO PELO USO EXCLUSIVO DE BEM IMÓVEL PELO EX-CÔNJUGE. Possibilidade. RECURSO PROVIDO. (grifo não textual)

(TJ-SP - APL: 10115511720158260007 SP 1011551-17.2015.8.26.0007, Relator: Rosangela Telles, Data de Julgamento: 15/04/2016, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 15/04/2016)

APELAÇÃO. USUCAPIÃO FAMILIAR. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. **A copropriedade entre os cônjuges é requisito imprescindível para a caracterização da usucapião familiar, modalidade de prescrição aquisitiva excepcionalíssima de prazo bienal.** Transferência da propriedade imobiliária que se dá exclusivamente por meio do registro. Inteligência do art. 1245 do Código Civil. Ausência dos pressupostos necessários ao processamento da pretensão da recorrente. RECURSO NÃO PROVIDO. (grifo não textual)

(TJ-SP - APL: 10020156220168260066 SP 1002015-62.2016.8.26.0066, Relator: Rosangela Telles, Data de Julgamento: 20/10/2016, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/10/2016)

Podemos assim resumir no que tange a esse requisito:

Só se aplica aos imóveis que sejam de propriedade de ambos e não a bens exclusivos de cada um deles.

5. CONTAGEM DO PRAZO

É indispensável o papel do prazo na usucapião, até mesmo porque grande parcela da doutrina chama de prescrição aquisitiva. O tempo é o elemento indispensável, somado a posse para constituir o direito da propriedade aqui.

O prazo de 2 anos, exigido nessa modalidade, começa a ser contado, dentro do estado de casado, porém iniciando-se do abandono. Como já mencionado anteriormente entende-se como sendo o simples fato de o cônjuge ou companheiro deixar a moradia em comum.

Nesse período, deverá ser exercido o segundo elemento que é a posse “ad usucapionem”, porém com a particularidade que essa modalidade exige, como destacamos, a de ter que essa posse ser exercida/utilizada para sua moradia ou de sua família.

Outro fator importante a ser observado, é que esse prazo de 2 anos deve ser contado a partir da data da vigência desse novo instituto, sob pena de surpreender o ex-cônjuge ou companheiro com a perda de sua parcela do imóvel, trazendo insegurança jurídica, como podemos observar nos julgados abaixo:

AÇÃO DE DIVÓRCIO - ALIMENTOS EM FAVOR DO EX-CÔNJUGE - SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS PARTES - PECULIARIDADE DO CASO CONCRETO -IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR, À LUZ DO BINÔMIO 'NECESSIDADE-POSSIBILIDADE'. USUCAPIÃO FAMILIAR - ABANDONO DO LAR - ART. 1.240-A DO CÓDIGO CIVIL - PRAZO DA PRESCRIÇÃO AQUISITIVA - TERMO INICIAL - DATA DA VIGÊNCIA DA LEI - INAPLICABILIDADE AO CASO. RECURSO DESPROVIDO. - Em que pese possa o cônjuge, uma vez solvido o vínculo matrimonial, pleitear alimentos ao outro, com fundamento no dever de mútua assistência, nos termos do art. 1.694 do Código Civil, a imposição do encargo alimentar deve perpassar, inarredavelmente, a análise do binômio 'necessidade-possibilidade', à luz do parágrafo 1º do mesmo dispositivo. Destarte, no caso em que a requerente aufere benefício previdenciário, não obstante modesto, que tem lhe assegurado a subsistência há mais de cinco anos, e, de outro lado, o ex-marido não apresenta, ao que se deflui dos autos, condição financeira superior à daquela, a ponto de lhe permitir prestar auxílio material à requerente sem prejuízo do seu próprio sustento, o pedido de alimentos formulado pelo virago não pode ser acolhido. - **O prazo de dois anos da prescrição aquisitiva exigido para a usucapião familiar, fundada no abandono do lar de ex-cônjuge - modalidade introduzida no art. 1.240-A do Código Civil -, tem como termo a quo o início da vigência da Lei n. 12.424/11, pois orientação diversa permitiria que, eventualmente, aquele que abandonou o lar perdesse automaticamente a propriedade, em flagrante ofensa ao princípio da segurança jurídica.** - Recurso desprovido. (grifo não textual)

(TJ-MG - AC: 10702120351482001 MG, Relator: Eduardo Andrade, Data de Julgamento: 29/04/2014, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 08/05/2014)

USUCAPIÃO Ação de usucapião familiar - Autora separada de fato que pretende usucapir a parte do imóvel que pertencente ao ex-cônjuge - Artigo 1240-A do

Código Civil, inserido pela Lei nº 12.424/2011 Inaplicabilidade **Prazo de 2 anos necessário para aquisição na modalidade de "usucapião familiar" que deve ser contado da data da vigência da lei (16.06.2011)** - Ação distribuída em 25/08/2011 Lapso temporal não transcorrido Sentença de indeferimento da inicial mantida RECURSO DESPROVIDO. (grifo não textual)

(TJ-SP - APL: 00406656920118260100 SP 0040665-69.2011.8.26.0100, Relator: Alexandre Marcondes, Data de Julgamento: 25/02/2014, 3ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 25/02/2014)

APELAÇÃO CÍVEL. DIVÓRCIO LITIGIOSO. PARTILHA DE IMÓVEL. CÔNJUGES. USUCAPIÃO FAMILIAR. ART. 1.240-A CC/02. ABANDONO DO LAR. FLUÊNCIA PRAZO BIENAL. 1. **O prazo aquisitivo bienal da usucapião familiar (art. 1.240-A do CC/02) flui a partir da vigência do novo instituto, introduzida pela Lei 12.424/2011 (16/06/2011), para não incorrer em vedada retroatividade da norma e surpreender o ex-cônjuge ou ex-companheiro com a perda da sua parte ideal sobre o imóvel comum.** 2. O requisito de abandono do lar do art. 1.240-A do CC/02 insere-se no âmbito patrimonial, no sentido do não-exercício de atos possessórios (uso, gozo, disposição ou reivindicação) sobre determinado bem. Não basta a saída de um dos cônjuges do ambiente físico familiar, pela inviabilidade de convivência sob mesmo teto, nem alheamento afetivo. Com a abolição do conceito de culpa no âmbito do Direito de Família, pelo advento da EC nº 66/2010 que deu nova redação ao art. 226 da CF/88, o pressuposto da usucapião familiar não se confunde com o abandono voluntário do lar conjugal do art. 1.573, IV do CC, causa de infração de dever matrimonial e consequente culpabilidade pelo fim do casamento. 3. Apelo desprovido. (grifo não textual)

(TJ-DF - APC: 20130910222452, Relator: MARIA DE LOURDES ABREU, Data de Julgamento: 18/06/2015, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/08/2015 . Pág.: 199)

6. RECONHECIMENTO POR VIA EXTRAJUDICIAL

De maneira geral, a usucapião familiar é discutida dentro da ação de divórcio ou de dissolução de união estável, entretanto, com a entrada em vigor do Novo Código Civil, no dia 18 de março do ano passado, passa a ser possível o reconhecimento da usucapião por via extrajudicial, conforme inteligência do art. 1071 que incluiu o art. 216-A no Capítulo III do Título V da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e tem a seguinte redação:

“Art. 216-A. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado, instruído com:

I - ata notarial lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias;

II - planta e memorial descritivo assinado por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no respectivo conselho de fiscalização profissional, e pelos titulares de direitos reais e de outros direitos

registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes;
III - certidões negativas dos distribuidores da comarca da situação do imóvel e do domicílio do requerente;
IV - justo título ou quaisquer outros documentos que demonstrem a origem, a continuidade, a natureza e o tempo da posse, tais como o pagamento dos impostos e das taxas que incidirem sobre o imóvel.”

De acordo com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), o requerimento administrativo deve ser feito junto ao ofício de registro de imóveis da localidade do imóvel usucapiendo, sendo imprescindível a Ata Notarial lavrada por tabelião de notas, que fará a verificação, por meio de documentos e testemunhas, do tempo de abandono do lar pelo ex-cônjuge ou companheiro e se a propriedade é comum ao ex-casal.

Logo, verifica-se que a intenção do legislador foi, mais uma vez, no sentido de desburocratizar o atendimento à função social da propriedade, trazendo um meio célere para a regularização da propriedade urbana, sempre valorizando a família.

CONCLUSÃO

Conseguimos, ao final desse trabalho acadêmico, nosso objetivo inicial proposto que foi fazer e trazer uma análise sobre essa modalidade de usucapião ainda desconhecida da sociedade. Entendemos que é uma modalidade criada como forma de aquisição da propriedade imóvel, mas com o objetivo de tutelar a família, ou o bem familiar visando à proteção da família, da moradia e dos direitos sociais que são assegurados pela nossa Constituição Federal, bem como cria mecanismos para desburocratizar o atendimento à função social da propriedade urbana.

É uma conjunção de origens legislativas, pois foi criada e inserida entre os direitos reais, mas para ser mais uma proteção do Direito de Família. Tanto isso é verdade que a competência para julgar essa usucapião é das varas da família.

Vimos que é necessário existir um casamento ou união estável, bem como ocorrer o abandono de um dos elementos dessa união.

O prazo dessa usucapião é o menor de todos os existentes (2 anos) e são contados, dentro do casamento ou da união estável, com o início do abandono.

O imóvel que serve como lar da sociedade conjugal, precisa pertencer em parte, para quem vai invocar a usucapião. Essa copropriedade pode ter uma origem pelo regime de bens ou pelo condomínio.

Assim percebe-se que representa uma punição ao cônjuge/companheiro que abandonou a família e, premia aquele que foi abandonado, que já é proprietário já de parte desse imóvel, com a aquisição total desse direito real.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (Org.). **Enunciado põe fim à discussão sobre abandono do lar na Usucapião Familiar**. Disponível em: <<http://ibdfam.org.br/noticias/5801/Enunciado+põe+fim+à+discussão+sobre+abandono+do+lar+na+Usucapião+Familiar>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (Org.). **Reconhecimento extrajudicial da usucapião familiar pode ser novidade do CPC 2015**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5981/Reconhecimento+extrajudicial+da+usucapião+familiar+pode+ser+novidade+do+CPC+2015>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Usucapião Familiar**. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2015/12/09/usucapiao-familiar/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

OLIVEIRA, Dielly Karillena Lima de; PEREIRA, Deborah Marques. **Usucapião familiar: uma garantia ao direito à moradia**. 2014. 00 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Faculdade Guanambi, Guanambi, 2014. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14645&revista_caderno=14>. Acesso em: 01 jun. 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

RÊGO, Rômulo Rodrigues. **A possibilidade de usucapião familiar realizada no Cartório**. Disponível em: <<http://romulorrodriguez.jusbrasil.com.br/noticias/329082888/a-possibilidade-de-usucapiao-familiar-realizada-no-cartorio>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

RUY ROSADO DE AGUIAR JUNIOR (Comp.). **Enunciados aprovados**. Brasília: Centro de Estudos Judiciários, 2012.

Submetido: 18.10.2017

Aceito: 28.11.2017